

ARMAMENTISMO E PRODUÇÃO DE ARMAS: INTERPRETAÇÕES TEÓRICAS SOBRE SEU SIGNIFICADO ECONÔMICO E O DEBATE ATUAL

Renato Peixoto Dagnino*

Este artigo visa introduzir o tema justificando sua importância e estabelece um marco de referência para a análise de realidades contemporâneas de produção de armamento e de suas implicações e, mais especificamente, para o tratamento do caso brasileiro. Nele são apresentadas as várias interpretações sobre a importância do gasto militar para a dinâmica econômica destacando as visões clássica, marxista, neoclássica, keynesiana, liberal e do exterminismo e enfocando, entre outras, as questões da realização do excedente, do seu papel contracíclico, da obtenção de novos mercados da criação de emprego e do fomento ao desenvolvimento tecnológico. São também precisados os principais elementos do debate atual acerca do tema, os argumentos, e a evidência empírica correspondente. É este conjunto de elementos que servirá de marco de referência para a análise da problemática dos países do 3º mundo (na segunda parte), com a

* Engenheiro Metalúrgico formado pela Universidade de Brasília (UnB).

Mestre em Economia pela Universidade de Brasília (UnB).

Doutorando em Economia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

Professor Livre Docente da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

Chefe do Departamento de Política Científica e Tecnológica do Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

agregação das especificidades correspondentes, e para uma tentativa de avaliação das implicações da produção de armamentos sobre a economia brasileira (tentada na terceira parte).

O desenvolvimento deste artigo obedece a um plano. Assim, no primeiro capítulo são apresentadas as principais visões teóricas sobre o significado econômico do gasto militar até a 2ª guerra mundial. Esta tentativa de conformar uma tipologia a nível teórico é seguida no capítulo 2 por uma abordagem teórico-histórica que, a partir da experiência do principal protagonista da tendência ao aumento do Gasto Militar, os EUA, prossegue com a análise das diferentes visões e debates que ocorrem referindo-se aos acontecimentos observados.

1. As interpretações econômicas do armamentismo até a 2ª Guerra Mundial: As visões clássicas e marxista

O tema da guerra tem sido abordado a nível teórico praticamente desde a época em que a mesma adquiriu um papel significativo na vida dos povos, em função de sua importância como meio de aquisição de riqueza. Tanto os povos que a utilizavam com esta finalidade como aqueles que eram obrigados a defender-se produziram reflexões a respeito da guerra.

As análises que privilegiam seu significado econômico, em termos das condições materiais que demanda, do custo que envolve a sua preparação, de suas implicações a nível internacional, etc., são muito mais recentes. Somente quando a economia passou a ser uma disciplina como tal, no âmbito das ciências humanas, é que começam a ser produzidas análises com essas características. Entretanto, o tema da guerra tem sido e continua sendo tratado muito mais sob a ótica das demais ciências humanas do que da economia.

Neste primeiro capítulo, sem pretender uma abordagem histórica nem tampouco exaustiva, busca-se apresentar as duas principais visões existentes sobre o tema da guerra e do armamentismo vigentes até a 2ª Guerra Mundial. A primeira remonta, basicamente, à análise dos economistas clássicos sobre o tema — por isto é que a denominamos clássica. Também porque apresenta os elementos fundamentais de uma matriz ideológica — teórica que vem sendo transformada e sofisticada dando origem a novas visões ao longo do tempo; embora possa ser identificada ainda hoje quase no seu estado original. As referências ao tema da guerra e do armamentismo não são frequentes na obra desses economistas; e isto pode ser facilmente

entendido à luz da síntese a seguir apresentada do seu pensamento. Eles estavam preocupados com a análise de um modo de produção ascendente, em processo de consolidação e que — segundo eles — tinha como uma de suas características fundamentais a não-beligerância, ao contrário dos anteriores. Sua tarefa era descrever, analisar e propor caminhos para o prosseguimento desse processo.

A segunda visão emerge no âmbito de uma ampla reflexão sobre um modo de produção já consolidado e para o qual se sugere uma alternativa. Os autores desta reflexão estão preocupados em desnudar os elementos que, no seu entender, entravam o progresso da humanidade e devem ser removidos. É por isto natural e esperado que apresentem sua argumentação de forma muito mais cuidadosa, que o façam contrapondo-se às interpretações anteriores e inclusive, quando necessário, explicitem mais clara e objetivamente do que os seus próprios defensores as idéias que querem combater. A visão marxista sobre o significado econômico da guerra e do armamentismo não foge a esta abordagem que caracteriza o pensamento marxista em geral.

1.1. — A Visão Clássica

Durante a Antiguidade e a Idade Média, e mesmo até o início do Capitalismo, o potencial militar de um povo era fracamente determinado pelo seu nível de desenvolvimento econômico ou pelo tamanho de seu contingente populacional. Com o aperfeiçoamento da arte militar e a introdução de inovações tecnológicas importantes nos equipamentos bélicos, o fator econômico passou a ser cada vez mais importante na determinação do poderio de uma nação.

Em sua obra, Adam Smith já apontava como este avanço tecnológico levava a um aumento nos custos de preparação para a guerra fazendo com que as nações mais ricas, por estarem melhor capacitadas para suportá-los, passassem a ter consideráveis vantagens bélicas potenciais. Adam Smith salientava, ademais, que em consequência do alto custo envolvido, os povos ricos e civilizados teriam uma superioridade quase absoluta sobre os “povos pobres e bárbaros”.

O aumento no custo da preparação para a guerra era assim visto como um elemento natural do avanço da civilização; e o que à primeira vista poderia ser interpretado como pernicioso era, na realidade, uma garantia de permanência e expansão da “civilização” (leia-se modo de produção

capitalista). A visão clássica incorpora esta dimensão quando prevê uma diminuição dos conflitos associada à consolidação do capitalismo. Os povos bárbaros, tenderiam a ter sua belicosa vantagem das nações capitalistas mais ricas e civilizadas.

Esta concepção parece ter suas raízes na análise do processo de desenvolvimento do capitalismo até meados da segunda metade do século XIX. As lutas contínuas entre espanhóis, holandeses, franceses e ingleses visando uma hegemonia colonial, que caracterizaram os séculos XVII e XVIII encontraram um término em 1815 com a vitória inglesa. A ela seguiu-se a "Pax Britânica" que perdurou por mais de meio século e que consolidar a hegemonia inglesa no capitalismo em consolidação. O poderio inglês era de tal ordem que passou a prescindir para sua expansão de uma força militar significativa e de outros instrumentos menos violentos, como o monopólio de comércio e o protecionismo. O livre comércio e a livre iniciativa eram as premissas desta ordem internacional, não mais mercantilista, e portanto não mais apoiada no Estado como fornecedor dos meios necessários para a dominação. O gasto militar, assim como outros gastos do Estado, num estágio expansivo do comércio internacional que se fazia sem a necessidade da sua existência era visto como um contra-senso econômico. (Sweezy, P. e Baran, P., 1969).

Um elemento importante que está na raiz da visão clássica é a concepção do liberalismo do século XIX acerca da divisão da sociedade numa esfera civil e noutra militar. Com o advento de uma força militar permanente, passa a haver uma tendência a que os valores militares influenciem a esfera civil, fazendo com que esta tome estes valores como pautas de conduta para a vida política e para as decisões fundamentais a respeito da sociedade. A consolidação do capitalismo, entretanto, deveria levar ao reforçamento de uma tendência inversa que seria responsável pela crescente introjeção de valores civis na esfera militar. Como se verá a seguir, a visão marxista nega este pressuposto da divisão entre esferas civil e militar apontando para o papel importante que detém o militarismo para o funcionamento do sistema econômico e social capitalista (Albrecht, U. 1985).

A partir da expansão protagonizada no final do século passado pelas grandes nações capitalistas, o conceito de imperialismo passou a ser crescentemente estudado pelos economistas. Qualquer que fosse a matriz teórica e ideológica dos mesmos, nenhum deles deixava de considerar o militarismo como uma categoria central e viabilizadora do imperialismo. O militarismo e suas manifestações, como o gasto militar e a produção de

armas, era abordado no âmbito do tratamento dado à questão do imperialismo. Isto é válido tanto para a visão clássica como para a marxista.

Talvez tenha sido Schumpeter o autor que melhor tenha sintetizado a visão clássica. A partir de elementos apresentados pelos seus predecessores e retratando, em boa medida, o pensamento de economistas contemporâneos que adotam esta visão, Schumpeter aponta em sua obra, *Imperialism and Social Classes* (1979), os fundamentos da visão clássica.

A lógica interna do Estado capitalista, ao contrário da dos Estados autocráticos pré-capitalistas, era a do livre comércio, que inibia a tendência expansionista manifestada por qualquer classe social, ou país, baseada na força. Cidadãos e mercadorias de qualquer nação poderiam circular livremente no interior de qualquer país estrangeiro como se ele fosse o seu. O único interesse que se contrapunha a esta lógica, o dos grandes monopólios interessados em explorar os mercados externos, terminaria sendo ajustado.

A tendência do capitalismo era, através do livre comércio, e a partir das vantagens comparativas de cada país, permitir o fortalecimento mais ou menos homogêneo das nações e assim minimizar a ocorrência de ações imperialistas e em especial do uso da força. O debilitamento da condição imperial das potências européias, que através da denominação política impediam o livre comércio e o desenvolvimento das suas colônias condenando-as ao status de nações atrasadas, apontava na direção de um mundo mais homogêneo formado por nações politicamente livres e independentes.

O colonialismo mercantilista que controlava o comércio e o fluxo de capital para as regiões dominadas de maneira a obter taxas de lucro maiores do que as vigentes no interior da metrópole, estava condenado.

A interpretação do imperialismo como um anacrônico fenômeno pré-capitalista, estranho à lógica interna do capitalismo, decorria do próprio conceito de imperialismo formulado por esta visão. As relações imperialistas eram vistas puramente em seu conteúdo político e não econômico, e interpretadas como resultado de uma tendência expansionista, sistemática e muitas vezes brutal, de nenhuma maneira passível de ser atribuída especialmente ao capitalismo; sistema que, aliás, era apresentado como o mais justo e racional.

No capitalismo, portanto, não se consolidariam as formas de dominação imperialista. Entretanto, uma forma pacífica e civilizada de expansionismo era moralmente aceitável e mais do que isto, entendida como uma pré-condição e característica intrínseca de generalização do capitalis-

mo, cada vez mais baseado no comércio e no investimento externo. O resultado econômico desta expansão, ao contrário do que ocorria no estágio pré-capitalista não era um espólio esporádico, consequência de uma conquista ou vitória sobre uma nação inimiga, que tendia a ser consumido improdutivamente pelos exércitos ou pelas classes dominantes do país vencedor. Era uma ação sistemática, produto de uma permanente avaliação por parte dos interesses das nações líderes que gerava um resultado econômico a ser integrado produtivamente ao próprio processo de expansão que beneficiava tanto o país que o impulsionava como aqueles com os quais estabelecia relações.

Num certo sentido, esta proposição é correta, pois do contrário do que ocorria nos modos de produção anteriores em que a coerção pela violência e pela guerra eram a maneira pela qual se dava a apropriação diferenciada do excedente social (conquista de territórios, captura de escravos, etc.), no capitalismo este processo prescinde da coerção. Após a acumulação originária, o controle dos meios de produção e a apropriação do trabalho excedente se dá através de relações econômicas não violentas – no sentido aqui utilizado – através da troca de valores iguais; a exploração prescinde do uso direto da força. A violência e a guerra passam a desempenhar um papel apenas indireto, na medida em que asseguram as condições para a manutenção das relações de propriedade e para a troca de valores iguais.

Neste sentido, também a proposição do liberalismo do século XIX tem alguma validade, pois as relações de força não se expressam na esfera civil/produzida validando a idéia de uma separação entre as esferas civil e militar.

Essa argumentação permitiria, inclusive, chegar a explicar o armamentismo nos países capitalistas como uma reação ao militarismo não-capitalista da URSS e ao comportamento pré-capitalista de povos "atrasados", como os árabes.

O esquema expansionista, apesar da argumentação dos defensores da visão clássica, não diferia significativamente do que caracterizava o mercantilismo (a ponto de ser denominado por alguns economistas de neo-mercantilismo). A regulação do comércio e do fluxo de capital foi estabelecida pelas metrópoles com o objetivo de minimizar o risco envolvido nas operações com as colônias e garantir o seu sobrelucro. À medida que a introdução do progresso técnico permitiu diminuir os custos e os riscos do transporte a longas distâncias e um novo e superior patamar de eficiência,

este controle deixou de ser necessário. Entretanto, este mesmo progresso técnico dá origem a uma concentração e centralização de capital sem precedentes e que traz como consequência o monopólio como categoria eminentemente econômica e não política coadjuvado por outros fatores.

O tipo de intervenção do Estado na esfera econômica coerente com esquema expansionista delineado, era muito mais ativo e agressivo; contrariamente ao do mercantilismo, defensivo e passivo, na medida em que este se orientava basicamente para a mera consolidação da dominação política já obtida por outros meios.

1.2. – A Visão Marxista

A visão marxista tem sua origem na negação da premissa da escola do liberalismo do século XIX acerca da divisão da sociedade numa esfera civil e noutra militar mesmo antes de que autores marxistas como Rosa Luxemburgo apresentassem uma visão concatenada da importância do militarismo para a dinâmica capitalista. Em 1906, já afirmava que o militarismo era uma característica de todos os sistemas classistas.

A visão marxista do papel do gasto militar na economia surge a partir da preocupação acerca do expansionismo europeu do final do século passado. Seu aparecimento se dá no âmbito de uma reflexão mais geral sobre o imperialismo. Mas sua meta é, justamente, combater a visão clássica no plano político e ideológico a partir da contestação de suas hipóteses. Como ocorreu em muitos outros enfrentamentos teóricos, a apresentação sistemática e articulada do conteúdo das visões conservadoras, e dotadas de maior aceitação entre os círculos de poder político e econômico, não é vista como necessária por aqueles que a elas se filiam. Justamente porque são dominantes, tem cabido normalmente a seus opositores aquela responsabilidade, é claro que de acordo com suas próprias interpretações.

Ao contrário dos economistas clássicos, Engels e Marx preocuparam-se de maneira explícita com as transformações pelas quais passou a arte da guerra durante o surgimento e a consolidação do capitalismo. Em especial, cabe destacar para nossos propósitos a preocupação com a profissionalização dos exércitos, com o custo que significava sua manutenção e com a superioridade potencial indiscutível que passaram a ter nações mais ricas.

A preocupação de Marx com o armamentismo do ponto de vista

econômico concentra-se na organização militar dado seu caráter prototípico e antecipador que detinha em relação ao modo de produção capitalista. O surgimento do trabalho assalariado e a utilização de maquinaria, bem como o de outras relações sócio-econômicas, foram introduzidas no exército antes de se tornarem típicas do capitalismo. De resto, os escritos de Marx e Engels abordavam apenas o significado da guerra em termos de seu potencial de mudança política e social.

Como era de se esperar, dado que Marx não assistiu ao processo expansionista citado adiante, poucas referências podem ser encontradas na sua obra em relação ao imperialismo. Talvez a mais importante, e que tenha dado origem às argumentações em torno da importância dos mercados externos, seja a possibilidade de obter-se um sobrelucro pela venda de mercadorias produzidas num país onde é maior a produtividade do trabalho a países onde ela é menor. Não foi portanto Marx, mas sim seus seguidores os responsáveis pelo ataque à visão clássica.

O ressurgimento da análise das implicações econômicas do armamentismo ocorre por ocasião do debate em torno da carreira armamentista naval entre a Alemanha e a Inglaterra, e de seu impacto sobre a classe trabalhadora. A posição de um dos líderes da social-democracia, de que ela deveria ser tolerada dado que diminuía o desemprego, era combatida por Rosa Luxemburgo em 1899, que argumentava que os gastos militares eram já injustamente financiados pela classe trabalhadora através de impostos e que, portanto, deviam ser objetados. Agregava ainda, como notável antevisão, que a não oposição à escalada armamentista terminaria por criar interesses espúrios no segmento empregado nas fábricas de armamento gerando, assim, uma divisão da classe trabalhadora.

A Segunda Internacional foi palco de um intenso debate entre os pensadores marxistas acerca do papel do imperialismo, da acumulação de capital em escala mundial, e do armamentismo, para a lógica do capitalismo. Na visão marxista "ortodoxa" sustentada por Hilferding, Luxemburgo e Lênin, este papel era insubstituível e expressava as contradições orgânicas, inevitáveis e inerentes a um novo estágio do capitalismo, não mais concorrencial, marcado por crises de superprodução. Para a visão que ficou conhecida como "revisionista", defendida por Kautsky, Bernstein (e por liberais como Hobson), estas manifestações eram apenas conjunturais e superestruturais, antes resultantes da pressão de grupos de interesse do que características intrínsecas do capitalismo. Passíveis, portanto, de serem suprimidas pela expansão da demanda efetiva e pela restauração do livre comércio.

Na mesma época, um outro socialista, Hobson, em seu livro *Imperialismo*, de 1902, também analisava o imperialismo privilegiando sua característica de produzir bens em quantidade excedentária e de forçar a expansão do capital a nível internacional em busca de novos mercados. O imperialismo era assim visto como resultado de desajustes causados pela incorreta distribuição da renda que levavam à sua insuficiente demanda e ao subconsumo. Para Hobson, entretanto, as reformas econômicas e sociais impulsionadas pelos sindicatos e pelas forças que lutavam em prol do socialismo tenderiam a absorver a renda excedente da classe capitalista diminuindo ou mesmo eliminando a necessidade de acumulação para além das fronteiras do país.

Em seu livro *Imperialismo, estágio superior do capitalismo*, de 1917, Lênin partia de um diagnóstico semelhante ao de Hobson, mas distinguia-se principalmente pela afirmação de que o imperialismo não era um mero desajuste conjuntural, mas uma característica estrutural do capitalismo que demandava uma profunda revolução social e não reformas para sua superação.

Em seu livro *A acumulação do capital*, editado em 1913, Rosa Luxemburgo apresenta de forma incisiva sua discordância em relação à visão clássica:

"A paz reina soberanamente no reino da economia neoclássica. A Guerra, o militarismo e a pacificação dos nativos são tratadas como meros elementos que perturbam os harmoniosos modelos de equilíbrio que nos fornecem as verdades universais a respeito da alocação de recursos escassos".

"A teoria burguesa leva em conta somente um aspecto de desenvolvimento econômico: o reino da 'competição pacífica', os prodígios da tecnologia e da pura troca de mercadorias; ela o separa estritamente do outro aspecto: o reino da brutal violência do capital que é visualizada como mais ou menos incidental para a política externa e completamente independente da esfera econômica do capital".

No mesmo livro apresenta de forma detalhada sua concepção acerca das implicações do armamentismo e do gasto militar. No capítulo 32 de seu livro. *O militarismo como domínio da acumulação do capital*, Rosa Luxemburgo inicia sua reflexão, no 1º parágrafo, destacando a evidente importância do armamentismo como viabilizador do processo de acumulação primitiva, como instrumento de dominação colonial e posteriormente imperialista e como arma na luta inter-imperialista pela repartição do mundo.

Sua preocupação central, que se inicia no 2º capítulo e se desenvolve até o seu final, é com o papel do militarismo como instrumento de realização da mais valia, como uma "província da acumulação". Isto porque, segundo ela, "do ponto de vista *estritamente econômico* o militarismo já se revela um meio de primeira ordem para a realização de mais valia do capital, ou seja, um bom campo para a acumulação" (grifo nosso). É importante avaliar o sentido das palavras "*estritamente econômico*" e "*já*". No nosso entender elas apontam para o fato de que já na época era o impacto interno do armamentismo o mais importante (senão o único) a nível econômico. Como se verá posteriormente, este papel interno não é assim avaliado por alguns marxistas contemporâneos.

Ela parte do pressuposto de que é o Estado o responsável pelo gasto militar e que seu financiamento, como o de todos os seus gastos, só pode provir de impostos que terminam por recair, sob a forma de impostos indiretos, preferencialmente sobre a classe trabalhadora. A diminuição de sua renda real levaria a uma menor demanda por bens de consumo, a uma redistribuição do excedente no interior da classe capitalista em benefício dos produtores de armamentos, que passariam a utilizar os meios e a força de trabalho liberados pela demanda diminuída dos trabalhadores. Ao analisar a situação emergente, Rosa Luxemburgo antecipa, entre outros, um aspecto que só bem tarde seria analisado: a possibilidade de se gerarem grupos de interesse articulados em torno dos produtores de armas para pressionar por mais gastos militares.

O financiamento do gasto militar através dos impostos permite ao Estado mobilizar uma quantidade de riqueza que, ao invés de simplesmente consumida, pode-se dirigir "automaticamente", e sem estar submetida ao "arbitrio" e às "flutuações subjetivas", para a acumulação (p. 97). É claro também neste ponto, como no seguinte ao final do capítulo, o poder antecipador de sua análise: "... a alavanca desse movimento rítmico e automático da produção bélica capitalista encontra-se em mãos do próprio capital – mediante o mecanismo da legislação parlamentar e da criação os meios de comunicação destinados à formação da assim chamada opinião pública".

Rosa Luxemburgo termina sua análise ressaltando o movimento contraditório que o armamentismo estabelecerá (e que nada mais seria do que a manifestação da própria natureza do capitalismo) ao liquidar com os setores capitalistas e reduzir as "condições de vida das classes

trabalhadoras". Este movimento é o que levaria à definitiva superação do capitalismo mediante a revolução das classes exploradas.

2 – As interpretações econômicas do armamentismo a partir da 2ª Guerra Mundial

No capítulo anterior foram apresentadas as duas visões sobre armamentismo que se expressavam até a 2ª Guerra Mundial a nível do pensamento econômico. Até este momento, não é possível identificar a existência de um debate entre estas visões que tenha se desenrolado em função de interpretações discordantes sobre os acontecimentos reais. Existiu mais propriamente uma réplica – a marxista – que, ao desnudar as características do capitalismo na sua fase imperialista, contrapunha-se a uma posição estática, a-histórica. Ela não tinha porque ser melhor explicitada, visto que era mais do que dominante, hegemônica. Daí a existência de uma tréplica, isto é, de novos elementos de análise que viessem modificar a posição existente.

Foram essas características que nos levaram a propor no primeiro capítulo uma abordagem teórica e não-histórica, isto é, que não levasse em conta o desenrolar dos acontecimentos reais. O mesmo não é possível para o período que se inicia com a 2ª Guerra Mundial: esse desenrolar é necessário para explicar o desdobramento ou as modificações que sofrem as interpretações até então existentes e o surgimento de novas visões. Por outro lado, dada a sua relativa contemporaneidade é conveniente estabelecer alguns marcos históricos que, por terem incidido num panorama mais amplo, permitem melhor situar o enfrentamento teórico ocorrido. Entretanto, por razões óbvias, este balizamento é realizado somente quando imprescindível.

A abordagem aqui tentada busca agrupar os diferentes autores que trataram o tema segundo a sua "pertinência" às correntes mais importantes visualizadas (segundo, é claro a nossa avaliação). Entretanto isto nem sempre revelou-se adequado ou possível. Talvez pela dificuldade de lograr o distanciamento histórico-crítico necessário; à medida que se analisa as contradições mais recentes adota-se freqüentemente um tratamento autor por autor.

2.1. — A visão keynesiana

A controvérsia sobre o impacto do GM sobre a economia é, fundamentalmente, um fenômeno do pós-guerra concentrado no âmbito dos EUA, que emerge da 2ª guerra mundial como uma potência militar de primeira grandeza. Este debate tem por origem o fato amplamente reconhecido de que a recuperação da economia norte-americana ocorreu muito menos em função dos programas governamentais relacionados ao New Deal do que ao esforço de mobilização determinado pela entrada do país no conflito em 1941. As idéias de Keynes, que haviam sido debilmente implementadas pelo Estado até então, encontram nesse período um primeiro teste de sua validade. Além, disto a recessão que se instala após o período de desmobilização, no final dos anos 40, potencializa os argumentos acerca do efeito positivo do gasto militar sobre a economia.

Apoiados nas propostas originalmente formuladas por Keynes, os governantes norte-americanos implementaram durante a década de 1929/39 um programa concatenado de aumento da participação do estado na economia. O período apresentou um considerável aumento das despesas governamentais na área civil que passou de 9,1 bilhões de dólares para 17,8 (isto é, de 9,1% do PNB para 17%). Entretanto, apesar da manutenção de um nível razoável de GM (embora menor do que a média histórica), o PNB caiu de 104,4 para 91,1 bilhões de dólares enquanto a taxa de desemprego aumentou de 3,2 para 17,2%.

Embora não levando em conta outros elementos importantes para a análise do desemprego da economia norte-americana no período, parece razoável aceitar a colocação de vários estudiosos que afirmam não ter o aumento do gasto civil do governo surtido o efeito desejado de recuperação da crise dos 30.

Com a entrada dos EUA na 2ª Guerra Mundial, o país elevou o seu GM para 77 bilhões de dólares em 1944, a partir de um patamar de apenas 1 bilhão em 1939. Neste período o PNB cresceu brutalmente de 91,1 para 211,4 bilhões de dólares!

Imediatamente após o término da 2ª Guerra, o GM norte-americano volta a atingir o seu patamar histórico caindo de cerca de 40% do PNB para 5%. Entretanto, contrariamente ao que se poderia esperar, não ocorreu uma queda considerável no nível de atividade econômica nem tampouco um crescimento desmesurado da taxa de desemprego (ela cres-

ceu apenas 1,7%). Este fato estaria explicado pela grande poupança acumulada durante a guerra, de cerca de 160 bilhões de dólares, que foi rapidamente canalizada para o mercado de bens de consumo, então com a oferta reprimida dado o esforço de guerra, e pela decisão de ocupar 10 milhões de ex-combatentes proporcionando-lhes ensino. (Kalecky, 1930 p. 86).

O término da Segunda Guerra Mundial tem sua origem em junho de 1942 quando se iniciou o projeto Manhattan em laboratórios norte-americanos e sob a direção de Oppenheimer, com o objetivo de produzir artefatos atômicos. Em julho de 1945, após a primeira experiência bem sucedida, é dada a ordem de bombardeio de Hiroshima e Nagasaki, efetuado em seis e nove de agosto, respectivamente. As forças armadas japonesas já estavam suficientemente desmoralizadas antes do lançamento da primeira bomba e seguramente haveria uma rendição antes do da segunda. A urgência da operação parece dever-se muito mais ao interesse norte-americano em demonstrar seu poderio frente à URSS, apenas dois dias antes de que esta entrasse na guerra, do que à necessidade de derrotar o Japão.¹ Medvedev, R. (1981).

O fim da Segunda Guerra marca, desta forma, o início de um novo período de confrontação que tem como protagonistas as duas potências vencedoras; e como cenário, o poderio nuclear.

Até 1949 os EUA mantiveram uma incontestada superioridade no campo nuclear. Somente em meados dos anos 50 é que a URSS demonstra condições de poder contrapor-se ao poderio norte-americano, o que leva a uma mudança da política dos EUA em direção à doutrina da distensão e mais tarde, no período Kennedy, ao seu aprofundamento, com a de destruição mútua assegurada (mutual assured destruction — MAD).

Entretanto, a manutenção dos interesses norte-americanos em escala mundial não supunha apenas o poderio nuclear. A redistribuição das áreas de influência política e econômica ocorrida no pós-guerra, exigia uma preparação para lutar não apenas em vários cenários como também com diferentes tipos de armas. A doutrina das respostas flexíveis (flexible response), sem se opor à do MAD leva à concepção das “duas guerras e meia”: os EUA deveriam preparar-se para uma guerra nuclear no cenário europeu, contra o Pacto de Varsóvia, outra no asiático, contra a China, e uma convencional (igual a meia nuclear) em qualquer parte do mundo (incluindo aí a possibilidade de intervenção de desestabilização num país ou região).

A adoção dessa postura a nível político e estratégico implicava, no plano de preparação para a guerra, que tudo devesse ser incentivado. A ex-

pensão do gasto militar, que se observa ainda no período imediatamente anterior à guerra do Vietnã, é em grande medida um reflexo dessa postura.

McNamara parece ter intuído com precisão o potencial desestabilizador para o pacto social e político norte-americano que representava o esforço econômico para a manutenção da guerra na frente asiática e para a expansão do poderio nuclear. Sua influência para a não implementação do programa dos mísseis anti-balísticos entre 1966 e 1968 e que levou a um sistema bem menos custoso e ambicioso, pode ser tomado como um sintoma dessa preocupação.

A conseqüente evolução para a doutrina de "uma guerra e meia" com a exclusão da China como potencial adversário, e o término da guerra do Vietnã permitiriam uma redução no gasto militar norte-americano que, em 1973, voltou ao patamar de 1965.

O período Carter se inicia sob a égide da doutrina de dissuasão. Entretanto, seu final é marcado por uma pressão de setores que argumentaram que os EUA estavam debilitando-se em relação à URSS, o que leva novamente ao aumento do gasto militar. A idéia de que um primeiro ataque (dirigido para alvos militares com suficiente velocidade, e com capacidade de impedir a sua detecção através dos equipamentos à disposição do inimigo) pudesse levar a uma vitória num conflito nuclear (guerra nuclear limitada) converte-se na doutrina que fundamenta a expansão do gasto militar ocorrida no período.

O gasto militar diferencia-se de qualquer outro gasto na medida em que os bens e serviços que gera não contribuem em si mesmos para aumentar o nível de vida da população nem tampouco para uma expansão da capacidade produtiva. Seu efeito econômico se dá através da arrecadação de impostos subtraídos do potencial de consumo e de poupança da economia e sua mobilização para o pagamento de salários do pessoal das Forças Armadas, empregados da indústria de armas e dividendos de seus acionistas, bens de capital e matérias-primas. Por ser uma variável cujo valor é fixado anualmente, a partir de decisões tomadas no interior do aparelho de Estado, embora sujeito à aprovação pelo Congresso, o gasto militar seria uma despesa extremamente adequada para obter o efeito multiplicador keynesiano. Tanto mais que pelo dado ao amplo leque de possibilidades de utilização dos recursos envolvidos permita um "ajuste fino" especialmente orientado à atividade produtiva ou a região a ser a curto prazo dinamizada.

Por outro lado, na medida em que não gerava capacidade produtiva

adicional a longo prazo (a não ser a da própria indústria de armamentos) o "investimento" realizado na aquisição de armamentos, não produzia o efeito acelerador keynesiano que poderia, a longo prazo, levar a uma crise de demanda efetiva.

Assim, melhor que qualquer outra despesa pública aceitável pela sociedade, ("cavar e tapar buracos" à parte) o gasto militar satisfazia os requisitos do esquema keynesiano. Ele tinha apenas um efeito de curto prazo, tornando desnecessária qualquer preocupação futura com novos ajustes. Era evidente o seu potencial de utilização como regular anticíclico. Poderia ser aumentado quando a economia ou um setor particular necessitava ser aquecido, e diminuído, quando sintomas de crescimento excessivo da demanda se fizessem notar. Embora fosse, a nível econômico, apenas um meio de esterilizar excedente (como era enfatizado pelos autores marxistas), e portanto tendesse a reduzir o potencial de acumulação do sistema, ele permitia afastar a ameaça das crises. E elas eram consensualmente avaliadas como muito mais danosas do que um crescimento a longo prazo abaixo do teoricamente possível.

A explicação keynesiana do militarismo é em tudo semelhante à marxista, com a exclusão óbvia das implicações políticas e éticas que esta destaca.

O armamentismo aparece inicialmente apenas como expediente, tão válido como qualquer outro, para estimular a demanda efetiva através do gasto público e suas conseqüências. Na verdade, ele seria até mais adequado — dado que o objetivo seja unicamente estimular o crescimento — que as defesas efetuadas na área social porque elas poderiam contar com um menor respaldo da classe capitalista, por razões meramente ideológicas, ou de outra ordem e seguramente com a oposição dos grupos que se beneficiam diretamente do gasto militar.

A teoria, igualmente, não aborda estas implicações ressaltando, coerentemente com seus fundamentos, a inconveniência da alta participação do gasto militar efetuado pelo Estado na economia.

Um importante documento do Conselho de Segurança Nacional (National Security Council), de 1949, esclarecia a racionalidade keynesiana que passava a orientar as decisões sobre o gasto militar nos EUA.

"Do ponto de vista da economia como um todo o (gasto militar) pode não resultar num decréscimo real no padrão de vida, dado que seus efeitos econômicos podem ser um aumento no PNB numa entidade maior do que aquela alocada com propósitos de assistência estrangeira e militar adicionais".

O texto não é nenhum estudo acadêmico, mas sim um memorando produzido por funcionários do Departamento de Defesa. Indica, em primeiro lugar, uma contestação da idéia clássica a respeito do impacto do gasto militar e a seguir explica a operação do efeito multiplicador keynesiano do gasto militar.

A partir desta época, a questão do gasto militar versus emprego, o ponto social mais sensível do seu efeito dinamizador, foi discutida sistematicamente a nível da administração federal, cada vez que ocorriam pressões a nível do Congresso para reduzir o gasto militar. Um dos defensores contemporâneos mais aguerridos da idéia de que o gasto militar é um expediente para estimular a economia melhor do que qualquer outro gasto público é o próprio Secretário de Defesa Caspar Weinberger que recentemente afirmou que um corte no mesmo de 1 bilhão de dólares significaria a perda de 35.000 empregos.

O pensamento keynesiano postulava, desde o próprio Keynes, a necessidade de "socializar os investimentos" como uma solução paliativa para a contradição no capitalismo entre a socialização crescente da produção e a apropriação privada do excedente. Já que esta última era intocável, por ser a característica fundamental do sistema econômico assumido como ideal e, portanto, a preservar, um mecanismo que permitisse a alocação rápida, flexível, permanente e adequada do gasto público para contornar as crises era a solução. O gasto militar parecia configurar-se como o instrumento ideal. Por razões fundamentalmente ideológicas, no campo externo, e ligadas aos grupos de pressão, no interno, mas sempre respaldadas por uma argumentação econômica com suficiente poder explicativo, ele foi utilizado durante várias décadas. Entretanto, semelhante ao que aponta o pensamento marxista, o gasto militar não é suficientemente flexível a ponto de permitir sua realocação quando julgado necessário e, ao contrário, e demasiadamente permanente para que se dêem condições políticas e materiais/econômicas para que possa ser reduzido.

2.2. — A visão liberal — crítica do complexo industrial militar

A visão liberal, embora aceitando que uma das motivações da preparação para a defesa é a existência de potenciais inimigos, e de que cabe ao Estado a decisão acerca do nível em que deve-se situar, ressalta a importância de fatores políticos internos na sua determinação. Isto porque, na medida em que certos grupos de interesse tendem a beneficiar-se econômica-

mente com o gasto de defesa, enquanto que a sociedade como um todo arca com seus potenciais danos, é lógico supor que esses grupos busquem exercer uma pressão diferenciada no sentido de aumentar o gasto. Assim a decisão sobre o nível de gasto militar não seria o resultado de um consenso acerca do interesse de toda a nação mas de um jogo de pressões onde predominaram aquelas exercidas pelo chamado "complexo industrial militar" dotado de maior acesso às informações e ao poder. A existência de uma poderosa coalizão de grupos nacionais formados por militares profissionais, fabricantes de armas, burocratas civis militaristas e legisladores pró-militares, que teria assumido uma posição dominante no processo decisório, promovendo relações de antagonismo entre nações em funções de seus interesses está no centro desta visão.

Wright Mills, em sua obra *A elite do poder*, de 1959, já destacava o papel das elites militar, econômica e política na história norte-americana ressaltando a importância determinante que assumia, na época, o "capitalismo militar das empresas privadas" no interior de um sistema democrático debilitado e meramente formal. Também Heilbroner no seu livro *The Limits of American Capitalism*, em 1965, destaca a importância da interpretação dos interesses destes três tipos de elite.

Uma ampla literatura surgiu a partir do célebre discurso de despedida do presidente dos EUA, Dwight Heisenhower em 1961, em que alertava para a formação deste complexo no interior da sociedade norte-americana.

Outra interpretação passa, no entanto, a impor-se em meados dos anos 70, justamente no momento em que o gasto militar começa a ser crescentemente questionado pela sociedade em função dos envolvimento militares dos EUA no contexto internacional e de suas consequências traumáticas a nível interno. A constatação de que o GM passava a perder sua função de um regulador keynesiano e apresentava uma tendência mais ou menos regular de crescimento parece ter sido o ponto de partida das análises iniciadas neste período, sua ênfase recaía sobre uma reavaliação da argumentação ortodoxa e liberal-keynesiana, e das suas tentativas de validação empírica, introduzindo uma metodologia de análise até então pouco ou nada utilizada, baseada na organização industrial e na economia da tecnologia que descia ao nível micro dos estudos e dos estudos de caso.

Destes estudos, queremos destacar por um lado sua visão comum acerca da capacidade do CIM e de influenciar decisivamente nas decisões acerca do gasto militar e da política exterior dos EUA através da indução

à resolução dos conflitos (e até a exageração dos mesmos) pela via armada.

Por outro lado, a interpretação distinta que ocorre acerca da funcionalidade desta influência e do gasto correspondente para o processo de acumulação. Alguns estudiosos, embora reconhecendo que tal influência distorcia as regras do jogo democrático, e que portanto deveria ser coibida, apontaram para a função que o gasto militar possuía como regulador do nível de atividade econômica; sua importância como ativador do crescimento em momento de incremento da capacidade ociosa e do desemprego e impulsionador do desenvolvimento industrial e tecnológico e seu papel desaquecedor em conjunturas de crescimentos excessivo da demanda e de inflação. Desta forma, mesmo aceitando a existência de outras despesas públicas que pudessem desempenhar esta função reguladora, reconheciam, "pragmaticamente", que o gasto militar era melhor tolerado pela classe empresarial (e especialmente desejado pelo CIM), e que engendrara efeitos mais dinâmicos do que a maioria deles no campo industrial e tecnológico.

A tentativa de comprovação empírica da lógica de funcionamento deste esquema, que por outro lado continha hipóteses contrárias às da visão clássica, deu origem a uma série quase infindável de estudos que adotaram comparações entre países (cross section) ou temporais num mesmo país entre o crescimento do produto ou suas ilustrações temporais, ou nível de emprego, ou o saldo da balança de pagamentos, ou a taxa de investimento com o gasto militar. O debate teórico e a confrontação dos resultados empíricos era permeado de forma mais ou menos explícita por concepções ideológicas sobre o significado do gasto militar que evidentemente transcendiam os seus impactos econômicos.

De fato, vários autores argumentaram a existência de uma "coalizão keynesiana de centro" que teria controlado a economia norte-americana a partir do pós-guerra, formada por defensores do gasto social e da administração de demanda, por advogados da dissuasão e da preparação para um conflito com a URSS e por grupos interessados na expansão dos oligopólios. Uma solução de compromisso entre estes grupos teria sido alcançada no seu interior no final dos anos 40 pela definição de que sempre quando técnica e politicamente possível, o gasto militar – e não o social – seria estimulado, dado que atendia melhor os objetivos do grande capital, dos sindicatos organizados e dos estrategistas. Assegurava-se assim a manutenção da coalizão, a estabilidade/dinamicidade da economia

e a proteção da economia capitalista mundial, dando margem, ademais, a de que os grupos mais interessados do empresariado na manutenção deste esquema, os fabricantes de armas, aumentassem sua área de influência.

É interessante notar o papel atribuído nesta análise à mão-de-obra melhor organizada sindicalmente remunerada. Ela tenderia a reforçar os interesses da citada coalizão na medida em que a manutenção do GM num nível alto atenderia também aos seus interesses. Aceita esta colocação passaria a haver um elemento mais de origem política interna a agregar-se aos de caráter econômico e de política externa mais extensamente aceitos (Gold, 1977).

A análise econométrica feita por Griffin et al (1982) para os EUA avaliando a interveniência destes fatores termina por concluir que o gasto militar tem sido orientado menos para afastar a ameaça de estagnação ou crises cíclicas e para atender as ameaças externas reais ou percebidas do que para atender aos objetivos do capital e do trabalho organizado. Conclui, por outro lado, que não haveria uma nítida preferência pelos tomadores de decisão em relação ao gasto militar.

O livro de Galbraith, *O novo estado industrial*, de 1967, traz novos elementos ao debate. Nele se ressalta a importância da tecno-estrutura, o complexo formado pela combinação de interesses públicos e privados que passava a controlar o processo de planejamento e de tomada de decisão, em contraposição ao mercado na definição dos rumos da economia norte-americana. Os interesses deste complexo envolviam, evidentemente, a questão militar. Mas a sobrepassavam, fazendo da tecno-estrutura uma categoria de análise ainda mais abrangente e persuasiva, que buscava não apenas a maximização do benefício recebido por seus integrantes mas da influência nas decisões. O controle sistemático da tecno-estrutura sobre o processo de planejamento permitia um ajuste de elementos tais como a demanda de consumo, a percepção dos potenciais conflitos externos, o desenvolvimento de Ciência e Tecnologia, de maneira a impedir qualquer não planejada imperfeição no mercado, concorrência destrutiva ou incerteza.

As compras militares, o componente mais dinâmico do GM, eram um elemento central do novo Estado industrial. Sua funcionalidade era destacada pelo fato de serem a parcela maior do gasto público, mais adequadas a um processo de planejamento centralizado, infensas ao mercado, legitimadas pelo componente de C&T que apresentavam, e menos transparentes e sujeitas à crítica pela sociedade. A importância central dos militares nessa tecno-estrutura e no sistema de planejamento norte-americano é assim in-

cisivamente destacado por Galbraith. Este fato, bem, como o papel do Departamento de Defesa como entidade de planejamento econômico com repercussões variadas e importantes na economia, levantado por Galbraith, passam a integrar o debate sobre o tema.

A posição de Galbraith parecia um tanto difusa na medida em que enfatizava a necessidade de intervenção do Estado na economia e no planejamento mas, ao mesmo tempo, preferia que ela se desse na área social.

Sua visão despertou críticas provenientes da esquerda, na linha das já formuladas por Baran e Sweezy, e da direita que sugeriam a existência de uma correlação direta entre gasto militar e crescimento econômico.

2.3 – A visão marxista contemporânea

A literatura marxista contemporânea sobre as implicações do gasto militar tem se orientado à crítica das quatro funções que se supõe ele deveria cumprir para assegurar a sobrevivência do capitalismo Lo, C. (1975).

- 1 – Dissuasão e confrontação armada, com o objetivo de deter a expansão do bloco socialista e do socialismo para assim permitir a realização do capital excedente;
- 2 – Livre comércio e criação de condições para a realização do capital excedente;
- 3 – Manutenção do nível de demanda agregada e regulação da economia a nível interno (keynesianismo militar);
- 4 – Subsídio ao investimento das empresas produtoras de armamentos e outras.

As duas primeiras funções referem-se ao campo externo ou internacional enquanto que as outras duas ao campo interno das economias capitalistas, em especial a dos EUA, onde mais sistematicamente têm sido aplicado.

Como vimos, a visão marxista do papel do gasto militar na economia está ligada a um dos pontos centrais do pensamento marxista que é o de que o modo de produção capitalista tenderia intrínseca e inexoravelmente à derrocada. Esta poderia ocorrer de maneira paulatina, pela ação da tendência à queda da taxa de lucro. Neste caso, o aumento da composição orgânica do capital seria determinado pela crescente incorporação do progresso técnico, e o conseqüente barateamento dos meios de produção, associado aos limites impostos ao crescimento da taxa de mais-valia os causado-

res primários da derrocada. Igualmente a irrupção de uma das crises periódicas do capitalismo de repercussões excepcionalmente profundas, e, é claro, coadjuvada por uma pressão operária adequada, poderia levar a uma precipitação do processo descrito, antes de seu amadurecimento natural. Uma crise de realização deste tipo ligada a um incremento mais que proporcional do potencial de acumulação (causado pelo crescimento das forças produtivas) em relação ao da demanda efetiva (determinado pela dinâmica salarial). O crescimento da capacidade ociosa levaria a uma impossibilidade de realização do excedente frente a uma demanda insuficiente, e a uma queda no ritmo de acumulação, tornando ainda mais remota, dada a conseqüente redução da massa salarial, a conjuntura que permitisse uma recuperação.

Uma situação como esta, em que os interesses de frações da classe dominante pudessem ameaçar a sobrevivência dos sistema, só poderia ser contornada pela suposição de um agente que pudesse atuar como árbitro dos conflitos existentes no interior da classe capitalista. A existência deste tipo de agente era simultaneamente, e não por acaso, o que emergia da etapa concorrencial e consolidava o surgimento do capitalismo monopolista. Um Estado, entendido com característica completamente diferentes daquelas supostas pela visão ortodoxa, que fosse ao mesmo tempo, controlado pela classe dominante, e capaz de atuar coerentemente com interesses de conjunto e de longo prazo, mesmo que para isto tivesse que se contrapor a certas frações cujos objetivos imediatamente fossem compatíveis com a sobrevivência do sistema, era não só necessário e funcional, como existente.

Este Estado estaria, por um lado, zelando para a manutenção de um nível de demanda efetiva que não ameaçasse a realização, através de parte do custo de reprodução da força de trabalho, mediante gastos sociais. Por outro lado, e mais importante para nossa análise, na obtenção de mercados externos, uma das funções de seu caráter imperialista obviamente ligadas ao gasto militar, e na expansão das fronteiras internas de acumulação, mediante o seu gasto. Neste sentido, o gasto militar parecia extremamente funcional por possibilitar a expansão imperialista em direção a novos mercados e a manutenção dos níveis de exploração do trabalhador no plano interno pela via coercitiva. Além disto, era capaz de gerar, quando necessário, uma demanda efetiva adicional no curto prazo (efeito multiplicador keynesiano) sem colocar obstáculos à acumulação pela via da criação de uma capacidade produtiva que poderia se tornar excessiva e comprome-

ter futuramente a realização (efeito keynesiano).

Assim, amenizando a tendência da queda na taxa de lucro, via esterilização do excedente na produção de armamentos que não geram, ao contrário dos outros bens de capital, uma elevação de capacidade orgânica do conjunto da economia; evitando problemas de realização pela via sustentação da demanda efetiva, o gasto militar, além de funcional, era ideologicamente aceitável pela classe dominante.

O funcionamento deste esquema demandaria um crescimento no gasto militar no mínimo igual ao ritmo de expansão da economia, daí o caráter que assumiria o capitalismo de uma economia de guerra permanente.

A maior efetividade do gasto militar em comparação às despesas governamentais é tratada por muitos autores marxistas. Entre eles, Baran e Sweezy ressaltam o fato de que: os armamentos, caso não rapidamente "consumidos", tendem a se tornar obsoletos demandando sempre uma constante reposição; é necessária a manutenção de um poderio militar internacional, seja para assegurar a paz mundial, a defesa do "mundo livre" ou a expansão do "perigo vermelho" com "inequívoca opção pelos valores ocidentais cristãos", o substitutivo do gasto militar seria uma progressiva extensão dos benefícios sociais custeados pelo Estado pode competir com a atividade empresarial ameaçando sua lucratividade, redistribuindo a renda em favor do trabalho sobre a classe operária. Mandel é taxativo ao afirmar que: "o grande capital mostra uma predileção particular por essa forma de gastos estatais em detrimento de todas as outras, especialmente do chamado gasto 'social', que mais cedo ou mais tarde levaria a um aumento do valor da mercadoria força de trabalho. Mandel (198). p. 216. Também economistas não filiados à tradição marxista, como Galbraith, assinalam o caráter politicamente mais aceitável do gasto militar.

Por outro lado, se o gasto militar é de fato financiado a partir dos salários, levando a um aumento na taxa de mais valia, mas reduzindo as possibilidades de realização do produto gerado não há possibilidade de que ele venha a manter indefinidamente o processo de acumulação.

Também a análise detalhada das condições necessárias para que fosse contrabalançada a tendência à queda na taxa de lucros, realizada a partir de hipóteses de comportamento sobre seus elementos determinantes, a taxa de mais valia e a composição orgânica do capital, leva-o a descartar a produção de armamentos como solução.

Ao tratar a terceira grande contradição do modo de produção capitalista, típica de seu estágio maduro, a geração crescente de capital exceden-

te, Mandel entra talvez na parte mais importante de sua análise. Mandel parte da hipótese de que a atuação do Estado, no sentido de financiar os gastos em armamentos através de impostos sobre os salários e a mais valia correspondentes aos setores de bens de investimento e consumo, permitiria uma condição de equilíbrio capaz de estimular o crescimento econômico, mesmo em situações de plena ocupação da mão-de-obra e de outros recursos. Neste caso, entretanto, haveria uma permanente redistribuição do excedente gerado em favor do setor produtor de armamentos que teria como consequência uma contínua retração da economia civil. A concorrência intercapitalista e a própria contradição entre capital e trabalho tenderá, entretanto, a estabelecer um limite a esse processo que traz consigo a permanente possibilidade de desestabilização social interna. Este limite é evidentemente elástico e manipulável através da propaganda ideológica acerca da ameaça representada pelo potencial bélico do inimigo que está na raiz do armamentismo.

Ao contrário de outros economistas marxistas contemporâneos, Mandel, em sua obra *O capitalismo tardio*, preocupa-se em resgatar na totalidade a problemática do papel do gasto militar e da produção de armas no capitalismo, tal como originalmente apresentada por Rosa Luxemburgo. Seu esquema de raciocínio nessa obra em que trata com mais detalhe que em outras esta questão, é o mesmo dos primeiros teóricos do imperialismo. Sua preocupação centra-se na tentativa de revisá-lo à luz do estágio atual do capitalismo e da economia armamentista.

Partindo dos esquemas de reprodução originalmente propostos por Marx, e adicionando um terceiro setor responsável pela produção de meios de distribuição, Mandel mostra como a produção de armamentos não satisfaz as condições necessárias para assegurar ao capitalismo um potencial de expansão a longo prazo.

Iniciando com a análise da composição orgânica do capital do setor de produtos de armamentos deriva que a condição para a realização é que a mesma fosse decrescendo a longo prazo, o que é totalmente contraditório com a realidade. Uma outra condição de estabilidade, a de que o gasto militar necessário para realizar a produção do setor seja deduzido da mais valia gerada e não da massa de salários, se mostra igualmente sem sentido. Além dessa possibilidade de diferir a crise, existe o recurso à guerra que, no caso de ser um conflito do tipo convencional limitado poderia recriar as condições para um novo ciclo expansivo do gasto militar.

Após a análise de Mandel que sistematicamente apresentamos, fica

clara a sua posição. Da mesma maneira que o capitalismo ascendente foi capaz de estimular o crescimento econômico, baseando-se na indústria de bens de produção e de consumo, o capitalismo tardio, caracterizado pela tendência de aumento do capital além das oportunidades de valorização, leva ao armamentismo permanente crescente como alternativa para preservar-se.

Baran e Sweezy estão entre os economistas contemporâneos mais representativos da tradição marxista. Em seu livro de 1957, *A economia política do desenvolvimento*, Baran parece estar mais preocupado em ressaltar os efeitos que o armamentismo determina a nível interno da economia americana, através da produção de armas. Já na sua obra conjunta com Sweezy, de 1966, privilegia-se claramente o papel do armamentismo (e do gasto militar) enquanto elemento suporte da expansão imperialista.

Através de toda uma série de expedientes que vão desde a intervenção, até a ajuda econômica, mas sempre respaldados pelo seu poderio militar, os EUA teriam conseguido assegurar a sua expansão em direção a mercados com lucratividade crescente e capazes de absorver o capital excedente sem possibilidade de realização interna. Nesta obra é bem menos enfatizado o papel dinâmico interno do armamentismo. Chega-se, inclusive, a argumentar que a cada vez maior parcela do gasto militar dedicada à P&D tenderia a reduzir o seu impacto a nível do emprego, diminuindo assim sua efetividade de estímulo ao crescimento econômico. Cabe salientar que é feita uma distinção entre a existência de um menor impacto direto, devido a pouca intensidade em mão-de-obra e em novos investimentos que a atividade de P&D militar em si mesma origina e a um menor impacto indireto:

... "muitas das novas tecnologias que são co-produtos da P&D militar são também aplicáveis à produção não-bélica, onde é muito provável que tenham o efeito de elevar a produtividade e reduzir a demanda de trabalho" — Baran e Sweezy (1969) p. 172.

É importante ressaltar que fica evidente através desta passagem que os autores admitiam a existência de um "spin off" que não seria pouco significativo, haja visto a ausência no livro de qualquer outra referência à questão. Esta proposição, como será posteriormente abordado, é criticada por outros autores que, concentrando-se especificamente na problemática científica e tecnológica, apontam o papel muito mais grave de inibição do crescimento econômico que determina. Também Mandel (1986 —

p. 214) aceita estas consequências do aumento da importância da P&D militar e, também, a existência de um "spin off".

Outro economista marxista norte-americano, Hary Magdoff, em seu livro *A era do imperialismo*, de 1969, — (Magdoff, 1978) — dá um tratamento semelhante ao de Baran e Sweezy para a questão do significado do gasto militar para a economia norte-americana. Sua abordagem assimila as exportações de mercadorias e de capital à despesa militar mostrando como a última joga um papel viabilizador das primeiras. Embora ressaltando a importância destes elementos para o fortalecimento do "centro estratégico da estrutura industrial", Magdoff não aprofunda a análise iniciada por outros autores a respeito do significado do gasto militar para a dinâmica interna do capitalismo norte-americano. James O' Connor, em artigos publicados de 1966 a 71 e posteriormente publicados sob a forma de livro, (O'Connor, 1974) — adota uma perspectiva semelhante.

Essa tendência a privilegiar o aspecto externo do gasto militar como suporte viabilizador da expansão imperialista, presente também nas obras de outros importantes autores marxistas produzidas no final dos anos 60 e início dos 70, tem origem na conjuntura que caracterizava o debate sobre o tema nesta época. É neste período que ganha força a interpretação veiculada por economistas como Galbraith e outros, de filiação liberal, que concentram sua análise sobre o armamentismo na questão do complexo industrial militar.

Como vimos, foram autores marxistas, entre eles o próprio Lênin, que primeiro formularam a idéia de uma conjunção de interesses no interior das classes dominantes capitalistas que levariam a uma pressão para o aumento do gasto militar e da produção de armas. Muito depois, em função do próprio desenvolvimento histórico que levou ao fortalecimento desta tendência, tal idéia foi detalhadamente desenvolvida e articulada perdendo seu caráter acessório para a explicação de um fenômeno multicausal, e muito mais amplo e complexo, para autonomizar-se como determinante, se não único, fundamental para a explicação do comportamento dos EUA.

Em termos da visão marxista, tal análise parecia conter duas incorreções graves e divisionistas que deveriam ser atacadas. A primeira é que, ao erigir o CIM como uma espécie de "bode expiatório" da política armamentista norte-americana, enfatizando o poder dos grupos de interesse existentes, esta análise não contemplava o papel de mantenedor da expansão imperialista que desempenhava esta política. Obscurecia-se, assim, um dos elementos fundamentais do capitalismo monopolista — o imperialismo

– que não poderia ser esquecido. Por outro lado, neste período, o gasto militar, apesar do seu caráter social negativo, e apesar de beneficiar os grandes oligopólios e o setor mais conservador da política norte-americana, apresentava resultados francamente positivos em termos do impulso ao crescimento econômico. Não parecia por isto prudente aprofundar a crítica de seu impacto econômico interno. Não parecia haver espaço na sociedade norte-americana, muito mais preocupada com o aspecto moral e o dano social interno causado pela intervenção norte-americana no Vietnã, para explorar a crítica ao gasto militar pelo lado do caráter perverso que o determinava a nível interno.

A segunda residia na superestimação, tão ao gosto da sociologia e da ciência política norte-americana do período, dos condicionantes sociológicos e políticos na definição das linhas mais gerais de comportamento seguidas pelos EUA a nível internacional. Ao enfatizar desmedidamente a importância do CIM se relegava a um papel muito secundário a importância do gasto militar para a lógica de funcionamento intrínseca do capitalismo. Segundo os marxistas, a busca pela realização do excedente pressio-nava necessária e continuamente pela ampliação das fronteiras internas e externas de acumulação e por isto do armamentismo. Assimilá-lo a fenômeno conjuntural que poderia ser suprimido, à semelhança do que, de acordo com a visão clássica, ocorreria com os resquícios belicosos mercantilistas (a serem suplantados pelo livre-comércio) era no mínimo incorreto. De fato, naquela época muitos economistas apontavam o caráter transitório e acidental do gasto militar, resultado de uma coalisão espúria e passível de ser substituído com vantagens pela despesa governamental civil (ver Samuelson, por exemplo).

Na verdade, a visão liberal que enfatizava o papel determinante do CIM deu origem a uma extensa polémica. Uma parte da literatura era de responsabilidade de autores marxistas, como James Cypher (1975), por exemplo, que propunha uma crítica interna à interpretação do CIM contrapondo-se à idéia que o controle do mesmo era realizado pela burocracia e pelos militares, e não pelos empresários. E uma crítica externa, argumentando que a superestimação do CIM relegava a um plano secundário a contradição principal do capitalismo maduro: sua tendência a gerar capacidade produtiva num ritmo mais elevado do que o do crescimento da demanda efetiva.

Outros autores, como Reich e Finkelhor (1970) agregavam como crítica interna ao esquema a de que o orçamento militar, ao contrário do

que se propunha não poderia ser facilmente realocado para atender necessidades sociais sem levar o país à depressão. Da mesma forma, a concepção de que as empresas de armamentos constituíam um enclave dentro da economia norte-americana não detendo suficiente peso para influir no seu comportamento, era criticada. England (1970) vai mais além nesta direção acentuando a existência de um claro conteúdo classista na formação do CIM determinado pelos interesses da classe capitalista norte-americana como um todo e não por um processo de agregação de interesses atomizados.

Desta forma, por interpretar o CIM como uma característica não acoplada e funcional para a lógica mais ampla da acumulação do capital, a análise propiciada pela corrente liberal merecia ser complementada. É interessante notar que nas contribuições dos principais autores marxistas do período não aparece uma crítica explícita à teoria do CIM, o que parece indicar que, embora incorreta nas suas premissas, cumpria um papel de denúncia, e mesmo de explicação teórica do armamentismo, importante em termos políticos. Entretanto, na medida em que ela dava margem a uma interpretação errônea do comportamento do bloco socialista, que para que os efeitos dessa visão podia ser entendido como uma ameaça real, era necessário concentrar esforços noutra direção. Era importante, para a legitimação das idéias socialistas, enfatizar o armamentismo como uma tendência imanente ao capitalismo que, com a consolidação do bloco socialista, tinha sua expansão em direção aos mercados mundiais de lucratividade extraordinária ameaçada.

Existe uma considerável evidência histórica a respeito da importância da guerra – e seus corolários, as despesas militares e a produção de armas – como fenômenos econômicos importantes do desenvolvimento do capitalismo. Do século XV ao XVII eles foram responsáveis diretos pelo período da acumulação primitiva, durante as guerras dinásticas. Posteriormente, durante as conquistas napoleônicas, na guerra da Crimeia e nas industrializações inglesa e japonesa, tiveram também um papel central.

Entretanto, não obstante o veiculado pela postura clássica, há igualmente uma significativa evidência de que foi justamente após este período de consolidação do capitalismo que o gasto militar e a produção de armas passaram a apresentar uma tendência de aumento.

A argumentação marxista contemporânea preocupada com as implicações do armamentismo a nível interno orienta-se para elucidar a questão de se existe uma necessidade da dinâmica de acumulação capita-

lista que leve tendencialmente ao aumento do gasto militar. As principais categorias de análise utilizadas são a realização e alocação do capital excedente, a demanda efetiva social, a composição orgânica de capital e a tendência à queda da taxa de lucros. Tentando sintetizar a opinião e os resultados obtidos por diversos autores como Kalecki, Mandel e Gitli poderia-se dizer que não há nenhuma razão estritamente econômica que legitime a hipótese de que o gasto militar tenda a resolver, ou contribuir positivamente para a superação das contradições do capitalismo que levam a arrefecer a possibilidade de crescimento econômico. A utilização do gasto militar como solução aos problemas de ocupação da capacidade ociosa, desemprego, etc. permite situações convenientes mas de pouca duração, transferindo para o futuro as contradições, que voltam a se manifestar de forma ainda mais grave. A única maneira de atacar essa nova manifestação, dentro da lógica armamentista que atualmente vigora, é com maiores gastos militares. Tende-se, portanto a uma situação de permanente e crescente gasto militar que, sem resolver os problemas a nível econômico, como alguns propõem ser possível, acentua cada vez mais a característica armamentista da fase atual do capitalismo.

Neste sentido, a antiga contradição do capitalismo, que reside na crescente socialização da produção e na apropriação privada dos resultados deste processo, permanece, transmutada e modernizada, sem solução.

A situação hegemônica dos EUA do pós-guerra pode ser comparada à que deteve a Inglaterra no período da "Pax Britânica". Entretanto, as transformações pelas quais havia passado o sistema internacional tornaram impossível uma interrupção duradoura dos conflitos. A existência do bloco socialista, que a partir da revolução de outubro se coloca como uma alternativa mais do que ideológica, real, para os países capitalistas, é o principal elemento que leva à permanência do armamentismo.

Justificada ou não, foi a existência do bloco socialista que levou os EUA a manterem a contínua expansão de seu poderio militar numa visão ingênua, e obviamente direcionada pró-EUA ou pró-capitalista, dado o compromisso assumido por este país de defender o "mundo livre" e os "valores ocidentais-cristãos do expansionismo soviético" numa visão com inquestionável objetividade e respaldo empírico, dado a ameaça que o socialismo em expansão representava para a manutenção das extraordinariamente altas taxas de retorno que o capital norte-americano passou a obter a nível internacional. A violenta expansão do capital transnacional norte-americano e a penetração em novos mercados que possibilitaram a obtenção

de taxas de lucro muito superiores à interna teria sido impossível caso o bloco socialista não houvesse sido mantido altamente desestimulado a expandir-se, e assim, eventualmente, subtrair mercados importantes à órbita norte-americana (Baran e Sweezy).

2.4 – A visão neo-clássica

A matriz de pensamento caracterizada no capítulo anterior como pertencente à visão clássica foi sendo modificada e adicionada ao longo do período posterior a Segunda Guerra Mundial. Uma de suas derivações a que denominamos visão neoclássica, é a que talvez menos acrescente, em termos das premissas básicas, mas a que menos contribuía para o entendimento da problemática atual do armamentismo.

A visão clássica parte do princípio de que o Estado, entendido como um ator unitário, porta-voz dos interesses do conjunto de seus cidadãos, e interpretando um sentimento nacional acerca da ameaça de um inimigo externo, deve tomar as providências necessárias para evitar, através da dissuasão, ou para enfrentar um ataque. Enfatizando o papel do Estado num sistema democrático e pluralista, de resolver os conflitos de interesse no interior da sociedade, e de implementar fielmente as decisões de consenso, esta visão não reconhece a importância dos militares como responsáveis pela manutenção da ordem interna, por exemplo. A existência de potenciais inimigos externos e das guerras é visualizada como um componente intrínseco à natureza da humanidade e das relações entre nações a serem diminuídas, em última instância, com o emprego da força.

A guerra é vista como resultado de uma decisão econômica que compara os custos nela envolvidos com os potenciais benefícios que pode determinar para o país vencedor. Da mesma forma, as decisões a respeito da criação de uma capacidade defensiva (nunca se supõe a preparação ofensiva) são tomadas no interior do aparelho de Estado avaliando o seu custo de oportunidade em relação às preferências pelo consumo dos cidadãos ou por outros tipos de despesas públicas.

A questão do esforço econômico de defesa deixa assim de ser uma decisão de responsabilidade da sociedade passa a ser uma questão contábil a ser decidida através de um poder mediador, o Estado, e dos técnicos e especialistas. É assim eludida a influência dos grupos de interesse no processo de tomada de decisão que leva à criação do potencial de defesa. O argumento de que em tempos de paz deve ocorrer a preparação para uma

guerra sempre potencialmente presente faz com que as decisões tomadas não possam ser avaliadas a menos que ela ocorra, demonstrando assim o acerto ou não das medidas implementadas. Além do que, o ambiente de sigilo que, numa permanente situação de conflito potencial deve proteger as decisões e ações neste campo, torna impossível qualquer possibilidade de avaliação pela sociedade.

Na medida em que o equilíbrio determinado pela economia de mercado não satisfaz os interesses coletivos (em função da existência de monopólio, bem indivisíveis ou efeitos externos) se legitima a intervenção do Estado como meio de alcançá-lo. No caso do gasto militar, cabe ao Estado compatibilizar as preferências manifestadas pelos indivíduos em relação à defesa vis a vis a outros bens divisíveis de natureza privada. É a restrição técnica de indivisibilidade do equipamento bélico, e de resto as características da organização militar, que dá ao gasto militar seu caráter público e coletivo. A defesa é o exemplo típico dos bens indivisíveis que só podem ser produzidos e consumidos pelo Estado.

Paul Samuelson, em sua obra *Economics*, dedica uns poucos parágrafos a analisar o papel do gasto militar na dinâmica da economia norte-americana. Entretanto, por ser um dos expoentes do pensamento econômico neoclássico contemporâneo, sua opinião pode ser interpretada como representativa desta posição. Segundo ele, não existiria nada de especial no gasto militar que pudesse levar a um efeito multiplicador na economia norte-americana maior do que o de outras despesas públicas. Portanto, uma diminuição do primeiro poderia ter sua consequência de aumento do desemprego, por exemplo, contrabalançada pelo aumento das segundas ou por uma diminuição os impostos. Além do que, existiriam vantagens associadas a esta iniciativa. Uma redução no gasto militar levaria a uma queda no déficit externo e, retirada a pressão para a sobre valorização do dólar, instrumentos de política monetária e creditícia poderiam ser usados com o objetivo de redirecionar o investimento da área militar para outros setores.

Sua confiança no mecanismo de mercado e nas ferramentas macroeconômicas desenvolvidas nas últimas décadas levam-no a postular que a economia norte-americana poderia ser grandemente beneficiada por um corte no gasto militar. Entretanto, ressalta que embora não exista nenhuma justificativa econômica para a sua manutenção, — contrariamente, como indica, ao defendido pelo pensamento marxista — pode haver um obstáculo político ao corte no gasto militar. Ele estaria ligado a uma incom-

preensão por parte do público em geral a respeito da viabilidade do crescimento econômico dissociado de pesados gastos militares. Vale enfatizar que Samuelson não menciona explicitamente a existência de algum grupo de interesses (tipo CIM) que pudesse pressionar no sentido de manutenção (ou ampliação) do gasto militar.

A idéia de que existe um nível ideal de preparação para a guerra, determinável a partir da “preferência pela segurança” e do seu custo oportunidade em relação aos gastos públicos civis, leva à formulação da questão do gasto militar como um típico problema passível de ser enfocado pela economia neo-clássica. Os “consumidores” (isto é, os cidadãos) atuariam como unidades isoladas de tomada de decisão, baseados numa racionalidade universalmente aceita, maximizando sua “utilidade” em relação ao custo da defesa e ao seu recíproco, o custo do desenvolvimento. Um equilíbrio geral de todas as partes interessadas seria, por definição, possível. A partir da integração das curvas individuais de preferências, é deduzida a uma função de utilidade coletiva que permite definir o nível adequado das despesas militares, a partir de condições de controno estabelecidas pelos objetivos estratégicos pela disponibilidade de recursos.

Um bom exemplo de uma tentativa de aplicação do instrumento econômico neoclássico para a resolução do problema da determinação do nível ótimo do gasto militar é proposta por McNamara (1968) e formalizada por Gitli (1984).

Os economistas contemporâneos que se filiam a esta tradição recuperaram a reflexão sobre a guerra e o armamentismo, transmutando-a num problema “econômico” no sentido mais pobre do termo. Sua preocupação passou a ser uma generalização do conceito de guerra descaracterizando-o de qualquer conotação social ou econômica mais ampla. (Colard, Fontanel e Guilaudis, 1981 p. 42 a 45).

Como vimos, a visão neoclássica é interpretada por duas percepções de certa forma contraditórias. Por um lado, ela mantém a idéia de que a guerra e o armamentismo seriam inerentes à natureza humana e, portanto, não pertencentes ao campo de preocupações da economia. Nenhum esforço significativo foi envidado pelos seguidores desta visão para analisar as transformações que o fenômeno e suas determinações e implicações sofria ao longo da história e, em especial, aquela que se acirrava com o capitalismo já apontada por Adam Smith, da crescente incorporação de progresso técnico à arte da guerra.

Por outro lado, na medida em que a economia, como ela é por eles

entendida, dispõe de métodos passíveis de serem aplicados a qualquer esfera da atividade humana, entre elas a guerra, evidentemente não há porque não aplicá-los. . .

2.5 – A visão liberal – crítica e ineficiência

A visão liberal – crítica do complexo industrial militar – abordada anteriormente, é conformada basicamente a partir do debate entre as visões keynesiana e marxista contemporânea ocorrido até a final da década de 60. Vários aspectos relativos à natureza do armamentismo do pós-guerra e do seu impacto sobre a economia são discutidos. Entretanto, neste debate não é tocada a característica de ineficiência para o funcionamento do sistema econômico que o gasto militar e a produção de armas determinava. Somente a partir das reflexões iniciadas por Seymour Melman, e posteriormente aprofundadas e ampliadas por outros autores, que esta questão passa a ser evidenciada.

No seu livro editado em 1970, *Pentagon capitalism*, Melman oferece uma análise das consequências negativas que determinaram a expansão do gasto militar do pós-guerra para a economia e a sociedade norte-americana procurando indicar as razões que levaram a esta situação.

Logo no início de sua obra, Melman critica o que ele denomina “teoria clássica do imperialismo” mostrando como a participação na guerra do Vietnã, um dos eventos recentes mais importantes em que se envolveu o governo dos EUA, não poderia ser interpretado a partir dela. O gasto até então realizado, de mais de 100 bilhões de dólares com as operações relacionadas ao Vietnã, não poderia ser justificado pela importância econômica dos mercados ou investimentos reais ou potenciais da região. Além desta, são apresentadas outras evidências que o levam à conclusão de que este gasto estaria explicado pelo interesse da indústria e do capital financeiro no conflito em si mesmo. Ao contrário da interpretação marxista, que entenderia esta ação do Estado como algo ligado ao seu caráter de executor dos interesses da classe dominante, e obviamente descartando a visão clássica, Melman visualiza-a como o resultado da criação de um novo tipo de administração estatal-industrial, inserida no próprio aparato capitalista de Estado que assinala uma modificação essencial na economia, no governo e na sociedade norte-americana.

Em 1960, com o pretexto de assegurar um controle civil sobre o Ministério da Defesa e aumentar a eficiência do complexo de milhares de

empresas a ele ligadas, foi instituído um sistema de administração centralizada pelo secretário de defesa Robert McNamara. Este sistema, moldado nas organizações empresariais, de caráter impessoal, passou a ser responsável pela gerência do componente mais importante da economia norte-americana, colocando o interesse militar estratégico e o das empresas sob uma única estrutura de comando. Nunca antes na história do país teria havido tal centralização de poder nas mãos de tecnoburocratas que eram, ao mesmo tempo, responsáveis pela decisões deste sistema e funcionários políticos de alto nível do governo.

O caráter de administração industrial deste sistema levaria a um “auto impulso” sistemático e concatenado para a expansão, uma vez que esta última é um sintoma inequívoco de sucesso de uma administração deste tipo. Os responsáveis por este sistema, com o objetivo de otimizar seu desempenho de acordo com essa premissa, lutam por manter e aumentar seu poder de decisão, ampliando o leque de suas atividades, o número de empregados, o volume dos investimentos que manejam e adquirindo o controle de um número crescente de organizações e subsidiárias. (p. 11 a 113). O volume do orçamento que controla e seu poder de influências sobre o aparelho produtivo-industrial, incluindo o desenvolvimento científico e tecnológico, a mão-de-obra e matérias-primas, se transformaria na condição para viabilizar sua expansão, politicamente incontrolável pela sociedade e até pelo próprio governo norte-americano.

Na sua obra posterior, *The permanent war economy: american capitalism in decline*, de 1974, Melman prossegue em sua análise acerca do impacto do armamentismo na economia norte-americana, aprofundando a abordagem a nível micro, típica dos estudos de economia industrial, que já iniciara e que utiliza para fundamentar as suas proposições mais abrangentes.

Segundo Melman, desenvolveu-se a partir do início dos anos 50 nos EUA um consenso político “trans-social” (cross society) em torno da economia de guerra: “Empresários, operários, engenheiros, funcionários do governo, intelectuais, todos somaram-se à confiante avaliação de que a economia de guerra, numa base sustentada era não somente viável mas economicamente desejável” (p. 17). Sua preocupação central é justamente desfazer esta avaliação que considera um mito. Neste sentido, o resultado de seu trabalho orienta-se tanto para combater as proposições dos adeptos do keynesianismo militar como a seus críticos marxistas, que viam o capitalismo de guerra permanente como um expediente de fôlego maior

do que aquele que era visualizado por ele. Assim, partindo da verificação da existência de um CIM e aceitando as hipóteses da visão liberal ia mais além, colocando este complexo no centro do capitalismo de Estado entendido, inclusive, como um resultado do crescimento da indústria de armas. Ele distinguia claramente o setor civil da economia norte-americana do setor militar, mais ligado ao capitalismo de Estado. A pressão exercida pelo CIM na direção do aumento do gasto militar não resulta num benefício genérico que incluía o setor civil, ao contrário do que sustentavam as visões marxistas e keynesiana. Seu resultado era um dano para o setor civil, causado pela ineficiência que o processo armamentista tendia a difundir no sistema econômico.

Não há como subestimar a guinada teórica que o trabalho de Melman determinou. Pela primeira vez era claramente dito, e senão provado pelo menos mostrado, que o armamentismo e o gasto militar não eram sequer funcionais para os interesses de curto prazo da classe capitalista norte-americana. Ou, em outras palavras, que o que os marxistas, como Mandel, apontavam como sendo uma situação tendencial já estava ocorrendo. E não por desajustes detectados pela análise de abstratos esquemas de reprodução que apontavam para a impossibilidade de realização do excedente gerado por meio de forças produtivas incrementadas. Mas sim pelo sufocamento causado pelo padrão de ineficiência sistemática que presidia a lógica de funcionamento das empresas produtoras de armamentos, sobre o conjunto do sistema.

A base de sua argumentação está na existência de um tipo de empresa que, contrariamente aos preceitos do capitalismo, de minimização de custo e maximização de lucro, mas graças ao ambiente constituído por um capitalismo de Estado que opera uma economia de guerra, maximiza custos e maximiza benefícios. Este tipo de comportamento padrão do complexo industrial armamentista seria sancionado, validado, e até estimulado, pela virtual inexistência de limites ao gasto em armamentos, tornada possível pela sistemática aceitação pelo Congresso e pela sociedade em geral do orçamento para defesa. (Embora não seja claramente enunciado por Melman, é óbvio que este comportamento só seria viável em função de um clima de "guerra fria").

A existência de um comprador monopsônico que encomenda um produto por um preço que é função do custo incorrido pelo produtor que se não era passa a ser o único capaz de fabricá-lo – de acordo com um projeto e práticas produtivas autonomamente definidas, é a origem desta

situação. Ao obter um contrato ou uma encomenda relativa a um sistema de armas, a empresa recebe uma parte correspondente às primeiras etapas do seu desenvolvimento. Se, como usualmente ocorre, o custo total é superior ao previsto, o preço total, calculado na base de "cost plus", aumenta na mesma proporção, aumentando assim a margem de lucro auferida. Se, entretanto, o objetivo não é alcançado no prazo máximo previsto, a empresa em questão ainda assim continuará recebendo apoio, pois torna-se, automaticamente, a detentora das melhores condições técnicas de prosseguir com aquele projeto.

De qualquer forma, dado que os custos de P&D são sempre os mais infensos ao escrutínio que eventualmente poderia ocorrer por parte do comprador (que na verdade pouco interesse ou competência tem para implementá-lo) é de se esperar que sejam eles os escolhidos para serem inflados. Por outro lado, a concorrência entre empresas não se dá (ver p. 5) em função do seu nível de cumprimento dos contratos, ou do preço que apresenta, mesmo porque como regra geral o que vale é o "desempenho do produto" (seja qual o critério para avaliá-lo), mas sim em função da competência técnica, expressa através do quadro de projetistas e engenheiros que podem apresentar.

Assim, se a empresa tem condições de apresentar um quadro técnico "comporante" disposto a aceitar os desafios de desempenho estipulados pelas distintas Forças Armadas e dar asas à imaginação para fazer o "chapeamento a ouro" (gold plating) que possa justificar maiores custos, preços e lucros, o circuito está fechado. Os militares receberam o que queriam, ou o que pensaram que queriam, os projetistas fizeram o que se lhes afigurava mais atraente, a empresa chegou na margem de lucro que lhe parecia a máxima para aquela situação. E o Departamento de Defesa paga. . .

É verdade que esse processo pode levar à produção de um equipamento pouco confiável por ser demasiadamente complexo, de difícil manutenção e sujeito a vários tipos de falhas. A menção deste fato, que é mais tarde explorado por Mary Kaldor com maior detalhe, como iremos mostrar, constituiu-se também numa contribuição importante de Melman que abalou fortemente a idéia que em geral se tinha a este respeito. Para Melman, o fato da tecnologia gerada pelo setor militar apresentar um custo de desenvolvimento muito superior ao previsto, e ao correspondente ao do setor civil, não é uma característica inerente à tecnologia militar, que, como se sabe, deve-se consubstanciar em produtos com especificações mais es-

tritas, mas sim um resultado da verificação da tendência a maximização dos custos e subsídios.

Por outro lado, Melman questiona também a existência de uma difusão das inovações tecnológicas desenvolvidas no setor militar para o setor civil que tenderia a elevar a eficiência e a produtividade do conjunto da economia. Ao negar a existência deste mecanismo, o decantado "spin off", que era um dos elementos que cumpria, pelo lado tecnológico o mesmo papel legitimador do gasto militar que o efeito multiplicador keynesiano cumpria pelo lado econômico, Melman contrapõe-se a um argumento aceito, inclusive, pela visão marxista. Neste sentido, sua contribuição é também extremamente importante para a valiação das implicações do gasto militar e do armamentismo e para as análises de outros autores contemporâneos.

Sua argumentação era simples: a P&D militar produz tecnologia militar. A prioridade dada à P&D militar, em detrimento da de caráter civil teria que, necessariamente, produzir inovações importantes com aplicações para outras finalidades. Entretanto, segundo afirma, a transferência de conhecimento tecnológico do setor militar para o civil representa apenas 5% do gerado no setor militar. Assim, a reversão da prioridade de alocação de recursos à P&D levaria a uma situação favorável, inclusive, para o próprio setor militar. Por outro lado, dado que os produtos que incorporam a tecnologia militar mais avançada (os armamentos) não satisfazem necessidades da população de forma mais eficiente (como os bens de consumo civil) e nem tampouco contribuem para aumentar a produtividade futura (como no caso dos bens de produção), os recursos aplicados à P&D militar seriam uma subtração ao potencial de aumento de eficiência do país. Por outro lado, dado que os produtos que incorporam a tecnologia militar mais avançada (os armamentos) não satisfazem necessidades da população de forma mais eficiente (como os bens de consumo civil) e nem tampouco contribuem para aumentar a produtividade futura (como no caso dos bens de produção), os recursos aplicados à P&D militar seriam uma subtração ao potencial de aumento de eficiência do país.

Outro elemento que onera ainda mais os custos (ver p. 5) e portanto o preço final, são os custos administrativos, que alcançam uma proporção mais de duas vezes superior ao das fábricas de produtos civis.

Além destes fatores, Melman cita uma série de outros, como baixa relação produção/custo de mão-de-obra, devido aos maiores salários pra-

ticados no setor de armamentos; emprego de maquinaria e materiais extremamente, e até desnecessariamente, sofisticados; utilização de instalações cedidas pelo governo; acesso preferencial ao capital, etc. que seriam também responsáveis pelo comportamento aludido.

O resultado deste padrão de funcionamento do setor produtor de armamentos e de seu contexto mais abrangente, o do capitalismo de Estado voltado para uma economia de guerra, seria um peso econômico crescente (já que ele se encontra em expansão) sobre a economia civil. O caráter parasitário desse setor tenderia a sufocar a economia norte-americana devido à quantidade crescente de recursos a ele dedicado, levando a uma deterioração dos serviços públicos (incluindo desde serviços urbanos até a educação, por exemplo); a uma queda do investimento industrial; a um menor ritmo de inovação tecnológica no setor civil e conseqüente perda de competitividade internacional, etc. A ineficiência intrínseca ao setor produtor de armamentos afetaria tanto mais a economia como um todo quanto maior fosse a proporção de recursos a ele destinado. Dada a existência de outra tendência identificada por Melman, a de sua auto-expansão, o resultado final só poderia ser o aumento da ineficiência geral do sistema. É importante notar que o processo sugerido por Melman não supõe uma difusão da ineficiência para o conjunto do sistema, como posteriormente propos Mary Kaldor. Ele assume um processo de hipertrofia do setor militar parasitário que tenderia a "sufocar" o setor civil.

Apesar do significado dos estudos de Melman para o entendimento e avaliação do impacto econômico do sistema industrial militar, uma outra obra editada em 1980, *The defense industry*, de Jacques Gaules, merece ser citada à parte como um trabalho da maior importância. Ela na verdade constitui-se uma exceção notável dentre os estudos sobre o tema. Partindo de uma posição não radicalmente crítica do sistema, ao contrário de Melman e outros, Gaules chega a um nível de profundidade e de seriedade na sua análise que só excepcionalmente ocorre entre os autores que não pretendem explicitar os pontos obscuros para depois melhor contraporem-se a eles. Sua experiência de 25 anos de trabalho no setor, onde ocupou postos de direção em várias empresas e órgãos governamentais, é decisiva para o resultado que alcança.

Seu objetivo é, a partir da constatação de que a "indústria da defesa" apresenta um padrão ineficiente de desempenho que não condiz com o interesse público, apresentar medidas corretivas tendentes a sanar esta situação. Para cumpri-lo, realiza um estudo típico de organização industrial

de excelente qualidade a partir de uma postura de crítica interna, que evita o questionamento das premissas do sistema econômico e político e da própria "missão" da indústria de defesa. Procura-se colocar-se numa situação "neutra" que privilegia a apresentação de fatos em vez de análises mais abrangentes, eventualmente mais sujeitas ao viés ideológico do autor.

O estudo é desenvolvido segundo um plano clássico, começando por um apanhado histórico acerca do setor, a caracterização de sua estrutura, dos fatores de produção, do mercado, etc. e analisando cada um dos aspectos relevantes do tema, como, questão da P&D, da capacidade de mobilização industrial, o comportamento dos diferentes segmentos da indústria, etc. A partir desses vários elementos, Gaules chega a estimar as quantias que poderiam ser economizadas caso fossem eliminados cada um dos vários fatores que geram ineficiência no sistema.

No âmbito do esforço empreendido por economistas no sentido de testar as hipóteses teóricas acerca da relação entre o gasto militar e o desempenho da economia dos países centrais, o autor que oferece um quadro mais abrangente e detalhado é Robert de Grasse no seu livro *Military expansion economic decline*, de 1983, acerca do caso norte-americano. A partir das proposições teóricas de vários outros autores, e incorporando boa parte dos estudos empíricos realizados até então, De Grasse desenvolve sua obra em torno de quatro pontos centrais. O primeiro é a avaliação da estrutura e peso relativo do gasto militar norte-americano e seu impacto de curto prazo na geração de emprego. O segundo refere-se a uma análise de longo prazo a respeito das implicações do gasto militar na economia norte-americana no que tange a sua competitividade, potencial de crescimento, etc. O terceiro analisa os custos do gasto militar abordando principalmente o "spin off" tecnológico. Finalmente, avalia o estágio atual e programado do gasto militar a partir de uma comparação com outros momentos da história norte-americana recente.

2.6 — A visão do exterminismo

Nos últimos anos da década de 70 foi sendo crescentemente questionada pela sociedade em geral as políticas norte-americana e soviética de preparação para uma guerra nuclear.

A posição soviética de não utilizar seu poderio contra países que se neguem a produzir, adquirir ou armazenar em seu território armas nucleares, e de não serem os primeiros a utilizá-lo contra qualquer país é

muito mais clara e categórica que a dos EUA. Entretanto, esta posição e outras em favor do desarmamento enunciadas pela URSS têm sido tomadas pelos EUA como uma maneira de alcançar uma situação de paz que daria livre curso à guerra ideológica com vistas à generalização do socialismo e do comunismo. A manutenção dos valores da "civilização oriental cristã" exigiria, portanto, um nível mínimo de preparação para a guerra inegociável.

A URSS coloca a si mesma, claramente, no papel responsivo. Suas ações no campo militar teriam apenas o objetivo de manter um razoável equilíbrio de forças, e há inúmeros estudos sobre o balanço do poderio dos dois blocos que se dedicam a demonstrar esta proposição. A hipótese de uma ação distinta, que se aproximasse de uma proposta de desarmamento unilateral é afastada com um argumento forte análogo ao norte-americano em termos ideológicos: dar aos EUA a chance de destruir os Estados germes de uma nova sociedade, que sob todos os aspectos representa um avanço em relação ao capitalismo, seria uma traição a toda a raça humana. Antes de trair irremediavelmente, os governantes soviéticos aceitam eventualmente ameaçá-la.

No plano econômico, a corrida armamentista é considerada oficialmente como um peso para os EUA, apesar dos argumentos existentes acerca da funcionalidade do gasto militar para o capitalismo norte-americano, apontada pelos marxistas e aceita pela visão keynesiana. Inclusive a corrida armamentista é crescentemente avaliada, menos pelo efetivo potencial de destruição, do que pela sofisticação tecnológica do equipamento (que nem sempre é determinante do primeiro) e, principalmente, pelo gasto militar a ela associado.

A URSS adota posição equivalente, e há visões que inclusive explicam o crescente gasto militar norte-americano como uma maneira de infligir à economia soviética, supostamente menos eficiente do ponto de vista tecnológico e mais comprometida com o gasto militar, danos que terminariam com a desestabilização social e política do bloco socialista como um todo.

O crescente questionamento da sociedade em relação ao absurdo social e econômico da corrida armamentista e o perigo que significa tem o seu contraponto, no plano teórico, por uma insatisfação e mesmo descrédito, por parte de analistas e estudiosos, acerca das visões que propõem explicações para o seu recrudescimento. Nenhuma das visões apontadas é totalmente aceita o que leva a novas concepções. Numa tentativa de sistematização e síntese as denominamos aqui de "visão do exterminismo".

O conceito de "exterminismo" foi cunhado por Edward Thompson, por ocasião de um debate em torno da corrida armamentista entre pensadores na maioria de tradição (ou "extração") marxista, promovido pela Monthly Review e publicado em maio de 1980. Nele, Thompson apontava para uma configuração de forças sociais em torno da bomba atômica que impulsiona as grandes potências numa direção cujo resultado é necessariamente o extermínio de multidões. O processo que se instaura é intrinsecamente contraditório, no sentido de que parte de supostos e ações nacionais, como expandir o capitalismo, proteger o socialismo, prevenir um ataque, dissuadir o inimigo, etc. e chega a uma situação irracional em que o crescente aumento do poderio bélico não leva ao cumprimento de nenhum de seus objetivos. O que inicialmente era considerado como um meio ou uma reação ante a uma situação que obstaculizava a consecução de um objetivo maior é transformado num fim em si mesmo: numa direção ao desenvolvimento de sistemas econômicos aparentemente antagônico mas com características de militarismo crescentemente comuns.

O questionamento da ideologia de ambos os blocos, base segundo Thompson do verdadeiro ideal do internacionalismo, leva-o a postular a existência de um "modo de produção exterminista". À semelhança do militarismo e do imperialismo, que considera como características do conceito de exterminismo, este seria "algo menos do que uma formação social e algo bem mais do que atributos culturais ou ideológicos". (Thompson, 1985 p. 43). Seu caráter "trans-sistema" estaria dado pela crescente semelhança entre as configurações da base institucional, produtiva e tecnocientífica, e também política e ideológica — de características militaristas — que se instalam, tanto na EUA, como na URSS. O isoformismo no campo do militarismo e do armamentismo, dada a força com que estes se manifestam, fazendo com que as duas grandes potências deixem de ter complexos industriais militares para passarem a ser estes complexos, terminaria por igualá-las numa mesma tendência para o conflito e o extermínio.

Coerentemente com sua visão, o eventual desfecho da corrida armamentista não se daria em função de uma atitude politicamente fundamentada, englobando a sociedade como um todo, mas como um resultado da inércia desordenada dos sistemas armamentistas que presidem a lógica de comportamento das duas superpotências.

Partindo das matrizes ideológicas diferentes e utilizando argumentações e abordagens também distintas, outros autores tem-se preocupado

com o caráter irracional da corrida armamentista, com a pouca validade das visões e interpretações existentes a seu respeito, e tem chegado a proposições mais ou menos semelhantes. Entre eles caba citar Herrera (1984).

O conceito de "automatismo das respostas", de Herrera, tem uma contrapartida na característica inercial e irracional que apresenta o "exterminismo" de Thompson. Ambos têm como expressão material o fato de que os sistemas destrutivos, dado a sua automatização que precinde da intervenção humana para serem detonados, elimina a decisão política. De fato, uma característica preocupante do sistema de defesa das grandes potências é sua tendência à automatização, que se desenvolve de uma maneira a aumentar o risco de que uma falha técnica ou humana venha a desencadear uma guerra. O ritmo em que se incorporam ao sistema os mecanismos de resposta automática é sensivelmente maior do que o correspondente aos que permitiriam evitar falhas ou erros de avaliação. É extensa a lista de episódios que têm levado a situações de alerta do sistema devido a falhas técnicas, e é impressionante o número de funcionários que têm sido afastados da operação do sistema (cinco mil por ano entre 1975 e 77) principalmente por apresentarem dependência a drogas.

Desde 1960, durante a administração de Robert McNamara como Secretário de Defesa, o governo norte-americano teve como política a não detonação de seu aparato nuclear estratégico antes que o seu território fosse atingido por um artefato inimigo, mesmo que um eventual ataque houvesse sido detectado por outros meios. Existem significativos sintomas de que tal política esteja sendo substituída por uma outra de "launch on warning" ou "launch under attack" que implicaria o desencadeamento de um ataque a alvos soviéticos quando houvesse sinais evidentes de que um ataque inimigo estivesse em curso.

Um dos consultores que preparou um informe considerado secreto pelo Pentágono refere-se a esta política como sendo responsável por um sistema de C3I (Coordenação, Comando, Controle e Inteligência) que condiciona o presidente a tomar uma decisão em poucos minutos, "impedindo qualquer possibilidade de considerações racionais ou mortais ou raciocínio militar — ele é reflexivo". (*Scientific American* 255 october, 1986 p. 67).

A situação do armamentismo no final da década de 70, além deste conteúdo de irracionalidade, apresenta um outro elemento paradoxal. O fato de o gasto militar destinado ao campo nuclear, responsável pelo brutal potencial de destruição aludido, representar apenas cerca de 20% do

total. No caso dos EUA não é possível contar com uma avaliação desta cifra, mas um estudo realizado em 1971 * (Benson e Wola, 1971, citado em Melman) visando um rearranjo das despesas militares segundo seus macro-objetivos apresentou o seguinte resultado:

- 1 - dissuasão nuclear contra ataques externos aos EUA e seus principais aliados = 16,3 bilhões de dólares (22% do total de 74,5 bilhões);
- 2 - operação do sistema militar à escala mundial visando a manutenção da "Pax Americana" (envolvendo aqui a operação de bases no exterior, ajuda militar, etc.) = 44,0 bilhões (59%);
- 3 - guerra do Vietnã = 14,2 bilhões (19%).

Desta data até o final da década, a principal mudança é que a última parcela foi anulada e a despesa militar total cresceu. De qualquer forma, é lícito esperar que a segunda parcela continue sendo preponderante, o que dá uma dimensão da pouca relevância que tem, em termos de custo, o objetivo estabelecido pelo governo dos EUA de proteger-se de uma ameaça soviética no campo nuclear.

Uma réplica marxista à proposição de Thompson não poderia deixar de destacar que ela é, em muitos aspectos, análoga à posição revisionista a respeito do papel do imperialismo e do armamentismo. De fato, Thompson interpreta o estágio presente de confrontação entre as duas potências (o armamentismo atual) não como um atributo inerente ao modo de produção capitalista, mas como uma característica superestrutural de ambos os sistemas que, caso não eliminada, funcionaria como um câncer que terminaria por levar o sistema à morte devido a sua tendência ao extermínio. Partindo desta similaridade, Davis (1985) critica detalhadamente as posições de Thompson indicando suas incoerências e simplificações e afirmando que, apesar de seu aspecto mobilizador urgente e necessário em prol do movimento pacifista, levam a uma minimização das diferenças de comportamento e de objetivo dos dois blocos envolvidos. Com o propósito de fornecer uma visão alternativa a de Thompson, Davis resgata, sem explicitá-lo, o conceito de "revolução permanente" de Trotsky, mostrando como o núcleo do conflito entre as grandes potências desloca-se, como era de se esperar, (segundo ele) mesmo que não tivesse havido a crescente expansão nuclear, para o terceiro mundo.